

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

O Estado de S.Paulo

PF apura 'acerto' de lobista com políticos

O Estado de S. Paulo - 15/10/2015

E-mails apreendidos mencionam prestação de contas a ser feita com congressistas por escritório investigado sob suspeita de 'comprar' MP

Fábio Fabrini
Andreza Matais /
BRASÍLIA

E-mails apreendidos pela Polícia Federal mencionam "acertos" a serem feitos com congressistas por um dos escritórios alvos da Operação Zelotes, que investiga esquemas de CORRUPÇÃO para "comprar" uma medida provisória e decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Numa das mensagens, obtida pelo Estado, o advogado José Ricardo da Silva, dono da SGRConsultoria e da JR Silva Advogados, orienta dois parceiros a pedir "paciência" aos parlamentares porque a prestação de contas necessária seria feita no momento certo.

O texto do e-mail não descreve os nomes dos políticos citados nem a que negócios se referem os "aceitos". O advogado confirma a autoria da mensagem, mas nega que os repasses estejam vinculados a medidas provisórias.

José Ricardo é investigado por atuar para reduzir dívidas de grandes empresas em discussão no Carf, uma espécie de "tribunal" que julga débitos de contribuintes com a Receita. Ele também é suspeito de negociar pagamentos com o setor automotivo em troca da edição, pelo governo, e a aprovação, pelo Congresso, da MP471, que prorrogou incentivos fiscais para fábricas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A norma foi assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de novembro de 2009 e, dias depois, enviada ao Legislativo. Como o Estado revelou na terça-feira, José Ricardo conseguiu que o governo enxertasse na MP regras de interesse de montadoras que o contrataram.

O e-mail, intitulado "parlamentares", foi remetido pelo advogado em 29 de dezembro de 2009 a Eduardo Gonçalves Valadão, seu sócio no escritório JR Silva. Ele escreve que "não

conseguiu falar com os parlamentares "antes de embarcar" para Santiago e orienta o parceiro a dizer "a eles que, assim que retomar", fará "toda a prestação de contas com os devidos acertos", uma vez que "há realmente diferenças a serem repassadas."

Em outro trecho, José Ricardo ressalta: "É importante que eles entendam que não é conveniente que os acertos sejam feitos sempre de imediato. As receitas e as retiradas devem obedecer a um fluxo normal pertinente com as atividades do escritório. Se não for assim, as prestações de serviços serão de difícil justificativa, entende? Veja se você consegue explicar essa situação para eles com tranquilidade".

José Ricardo acrescenta que "é preciso ter paciência" para que um bom trabalho seja desenvolvido. "É preciso que eles entendam que não somos carregadores de carga. Somos profissionais prestadores de serviço visando à prospecção e desenvolvimento de negócios de interesse de todos, ok?" José Ricardo também orienta o sócio a dar o recado "de maneira tranquila e serena, sem criar tensões nos sentimentos" dos congressistas. "Se houver problema, jogue a responsabilidade em mim porque tudo se resolverá quando eu voltar de viagem."

Parceiro. A mesma mensagem foi remetida por José Ricardo ao lobista Alexandre Paes dos Santos, seu parceiro de negócios, acompanhada de uma explicação: "Os serviços prestados para São Paulo só começarão a dar retorno, novamente, a partir da semana que vem, conforme disse o representante oriental de nossos clientes." Ligado à ex-ministra e ex-secretária executiva da Casa Civil à época da edição da MP471, Erenice Guerra, APS, como Alexandre é conhecido, é investigado pela Operação Zelotes. Ele é suspeito de atuar para alterar decisões no **Carf** e de trabalhar no suposto esquema de "compra da MP".

Procurado pelo Estado, José Ricardo não explicou quem receberia os pagamentos, e por quais motivos. "O citado e-mail não tem qualquer relação com a MP 471, conforme comprova material em poder da Polícia Federal e do MINISTÉRIO PÚBLICO", afirmou, em nota. O advogado acrescentou que, caso o texto seja usado como "elemento processual", tem "todas as condições e amplas provas para desconstruir qualquer presunção a esse respeito".

Eduardo Valadão disse que era "apenas um funcionário" de José Ricardo e "que não se recorda do que se tratava o e-mail". "O escritório atendia a uma grande quantidade de parlamentares. Não tenho lembrança do fato."

A defesa de APS informou que não se pronunciaria, pois não teve acesso às investigações.

- Defesa

"O citado e-mail não tem qualquer relação com a MP 471, conforme comprova material em poder da Polícia Federal e do MINISTÉRIO PÚBLICO"

José Ricardo da Silva
DONO DA SGR CONSULTORIA E DA JR SILVA ADVOGADOS

PT tenta barrar investigação contra Pimentel na CPI do BNDES

15/10/2015

BRASÍLIA - O PT ameaça recorrer nesta quinta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar as investigações em curso contra o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), na CPI do **BNDES**, apurou o Valor PRO , serviço de informação em tempo real do Valor .

A intenção é dificultar ou ao menos limitar o acesso dos parlamentares a informações sigilosas relacionadas a empresas apontadas como suspeitas de envolvimento em irregularidades com o banco, a partir de intermediários de Pimentel.

A iniciativa, em estudo pelos representantes do partido na comissão de deputados que investiga operações relacionadas ao **BNDES**, foi debatida em diferentes reuniões internas do colegiado nesta quarta-feira, mas vista com ceticismo por integrantes cientes da estratégia, ouvidos pela reportagem, em função das prerrogativas de investigação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Representantes do PT na comissão têm sido duramente cobrados por Pimentel que, antes de eleger governador de Minas Gerais, em 2014, ocupou o Ministério do Desenvolvimento, ao qual o **BNDES** está ligado. Na última semana, em meio a um acordo imposto por opositoristas ao governo, a CPI do **BNDES** aprovou pedidos de quebra de sigilos da Pepper Comunicação Integrada e da OPR Consultoria Imobiliária.

Investigações da Polícia Federal (PF), no âmbito da Operação Acrônimo, apontam que a OPR Consultoria recebeu recursos da ordem de R\$ 500 mil do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais, sendo Fernando Pimentel o verdadeiro destinatário final dos recursos. Já em relação à Pepper Comunicação, responsável pela comunicação do PT, a suspeita é de que a esposa de Pimentel seja sócia oculta. Também há suspeitas sobre contratos do **BNDES** com a Pepper que, por sua vez, firmou contratos com a Oli Comunicação e Imagem, pertencente à mulher de Pimentel.

Representantes do PT na CPI do **BNDES** chegaram a pensar em recorrer apenas ao comando da comissão para questionar a aprovação dos pedidos de informações associados a Pimentel feita na última semana, mas foram informados de que todas as obrigações regimentais que levaram à aprovação dos pedidos para quebra de sigilos foram cumpridas .

Também nesta quarta-feira os integrantes da CPI do **BNDES** debateram a possibilidade de prorrogar o período de funcionamento da comissão, originalmente prevista para ser encerrada no começo de dezembro.

Apesar de somente o PT se opor à extensão dos trabalhos da comissão, caberá ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) a decisão. Cunha tem dito que pretende instalar as comissões requisitadas na Câmara para investigar denúncias envolvendo clubes de futebol e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Pelas regras da Câmara, há um limite para funcionamento simultâneo de cinco comissões parlamentares de inquérito. Entre as comissões instaladas atualmente, somente a que investiga a **Petrobras** tem previsão de ser encerrada no curto prazo

CPI do Carf: Sobrinho de Nardes teria ganho dinheiro de ex-conselheiro

15/10/2015

BRASÍLIA - Carlos Juliano Ribeiro Nardes era assíduo frequentador do escritório de advocacia de José Ricardo Silva, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e um dos principais suspeitos no esquema de fraudes praticadas para compras decisões do conselho. No escritório, Juliano Ribeiro recebia envelopes com dinheiro, afirmaram à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf no Senado dois ex-funcionários do escritório.

Juliano Ribeiro é sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, que relatou a rejeição das contas da presidente Dilma Rousseff de 2014. O ministro e o sobrinho foram sócios até 2005 de uma empresa chamada Planalto Soluções e Negócios, registrada em nome de Juliano.

Secretária de José Ricardo, Gegliane Maria Bessa Pinto disse que entregou "duas ou três vezes" envelopes com valores a Juliano, que tinha reuniões frequentes com o ex-conselheiro. Ela se recorda de um episódio em que, ao abrir o envelope e contar o dinheiro, Juliano reclamou: "Está faltando".

Gegliane confirmou que José Ricardo tinha planilhas com repasses de valores com referências a "tio" e "Ju", mas disse não saber quem era o "tio". A Polícia Federal e o Ministério Público Federal investigam se tratava-se do ministro.

O funcionário Hugo Rodrigues Borges relatou que outra presença constante no escritório "até meados de 2012" era da ex-ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra. Ele se recorda que José Ricardo lhe pedia, inclusive, que verificasse se não havia imprensa à espreita nas imediações do prédio, quando a ex-ministra estava a caminho

CPI do Carf votará pedido de quebra de sigilos de sobrinho de Augusto Nardes

15/10/2015

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), confirmou que colocará em votação na próxima semana o pedido de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano Nardes. Ele é sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e está sendo investigado, segundo a relatora Vanessa Grazziotin (PCdo B-AM), por suposta participação no processo que envolveu a Rede Brasil Sul (RBS) no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O requerimento para a quebra dos sigilos será formulado pelo senador Randolfê Rodrigues (Rede-AP).

A CPI realizou nesta quinta-feira (15) uma acareação entre dois ex-funcionários do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf: Gegliane Bessa, ex-assistente administrativo, e Hugo Borges, responsável por diversas funções, entre elas a de motorista.

Gegliane Bessa confirmou que realizou pagamentos em espécie para Juliano Nardes. O sobrinho do ministro do TCU teria, inclusive, reclamado de que estaria faltando dinheiro em um dos repasses, segundo contou a ex-funcionária do escritório de advocacia.

Segundo Vanessa Grazziotin, a comissão tem em seus arquivos uma planilha indicando que, apenas em 2010, os repasses do escritório de advocacia para Juliano Nardes representam cerca de R\$ 1 milhão. Nas anotações, também aparece a expressão tio , que Gegliane não soube informar a que contexto se referia.

A ex-funcionária garantiu não ter tido acesso a nenhum contrato de Juliano Nardes com o escritório e não indicou que tipo de serviço ele prestaria.

Vanessa observou que Augusto Nardes era o real proprietário da empresa Planalto Soluções, depois repassada a seu sobrinho. Ela disse achar muito estranho que quantias vultosas tenham sido pagas a Juliano Nardes em espécie, considerando-se a possibilidade de haver um contrato formal de prestação de serviços.

Para Ataídes Oliveira, tanto Gegliane Bessa quanto Hugo Borges foram usados pela quadrilha que comandava o escritório de advocacia .

Os ex-funcionários confirmaram ainda que houve o pagamento em espécie para outros ex-conselheiros do Carf dentro do escritório de advocacia.

Hugo Borges disse também que muitos processos eram decididos na sala de José Ricardo da Silva. Depois, segundo ele, toda a papelada era levada ao Carf apenas para a votação final.

Os dois ex-funcionários disseram que os ex-ministros Erenice Guerra (Casa Civil) e Silas Rondeau (Minas e Energia) frequentaram o escritório durante um certo período e se reuniram com José Ricardo da Silva, mas depois sumiram .

Veja On Line

CPI do Carf: ex-secretária confirma ter feito pagamentos a sobrinho de Augusto Nardes

15/10/2015

Ex-secretária do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Gegliane Bessa confirmou em acareação que está sendo realizada na CPI sobre o tema que fez pagamentos em espécie para Juliano Nardes, sobrinho do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Gegliane afirmou ainda que Juliano teria reclamado de um dos pagamentos que recebeu, com a expressão tá faltando. A ex-secretária disse não saber a razão do porquê dos pagamentos serem realizados, pois segundo ela Juliano não prestaria nenhum serviço ao escritório.

O teor das declarações da ex-secretária foi confirmado pelo outro participante da acareação, Hugo Borges, também ex-funcionário no mesmo escritório.

Gegliane confirmou que Juliano ia com frequência ao escritório, mas passava a maior parte do tempo reunido com José Ricardo.

Afirmou ainda que não teve acesso a nenhum contrato do sobrinho de Augusto Nardes com o escritório. Nas anotações da ex-secretária, aparece ainda a expressão tio , que ela não soube esclarecer em que contexto estaria.

Para o presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Gegliane e Borges eram usados pelos chefes da quadrilha que comandavam o escritório.